



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE - RN
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2016
ANEXO III
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS



➤ **NÍVEL SUPERIOR COMPLETO**
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E SUGESTÕES
BIBLIOGRÁFICAS PARA AS PROVAS OBJETIVAS E
DISSERTATIVAS

Procurador do Município de Terceira Classe

DIREITO CONSTITUCIONAL. Classificação das Constituições. Princípios constitucionais. Aplicação das normas constitucionais. Direitos e garantias fundamentais. O princípio federativo. O princípio da separação dos Poderes. Organização do Estado. Autonomia e soberania. Princípios constitucionais da Administração Pública. Repartição de competências. O Município e a Federação. O conceito de interesse local. A organização do Município. Princípios aplicáveis à Administração Pública. Autonomia municipal: limitações constitucionais. O Poder Legislativo e sua competência. A Câmara Municipal. As proibições e incompatibilidades aplicáveis aos Vereadores. O processo legislativo. O Poder Executivo. A responsabilidade do Poder Executivo. Os servidores públicos: normas constitucionais. Direitos e deveres. Ordem econômica e ordem social. Intervenção do Estado no domínio econômico. A prestação de serviços públicos e as normas constitucionais. Jurisprudência do STF e STJ.

DIREITO ADMINISTRATIVO. Origem, objeto e conceito do Direito Administrativo. Regime jurídico da Administração Pública. Administração direta e indireta. Agentes públicos. Classificação. Agentes políticos. Os servidores públicos. Regime jurídico. Provenimento de cargos. Estabilidade. Aposentadoria. Direitos e vantagens. Atos administrativos e fatos da Administração. Conceito. Requisitos. Pressupostos dos atos. Classificação. Vinculação e discricionariedade. Revogação e anulação. Processo administrativo. Poder de polícia. Conceito. Essência. Fundamentos. Discricionariedade. Limitações administrativas. O poder de polícia municipal. Servidão e desapropriação. Conceito. Fundamentos. Requisitos. Competência legislativa. Objeto da desapropriação. Desapropriação por utilidade pública, por necessidade pública e por interesse social. Desapropriação por zona. Desapropriação indireta. Imissão de posse. Retrocessão. Indenização. Servidão administrativa. Tombamento. Licitação. Conceito. Princípios. Dispensa e inexigibilidade. Modalidades. Fases da licitação. Edital. Habilitação. Classificação. Adjudicação. Anulação e revogação. Recursos administrativos. Contratos administrativos. Conceito. Características. Cláusulas essenciais. Alteração do contrato. Extinção do contrato. Teoria da imprevisão. Equilíbrio econômico-financeiro. Sanções administrativas. Recursos. Serviços públicos. Concessão, permissão e autorização. Privatização e terceirização. Parcerias. Bens públicos. Conceito. Afetação e desafetação. Regime jurídico dos bens públicos. Formas de aquisição e alienação dos bens públicos. Controle da Administração. Controle interno. Controle externo. Controle legislativo, judicial e popular. Lei de Responsabilidade Fiscal. Jurisprudência do STF, STJ e TCU.

DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO. Atividade financeira do Estado. Despesa e receita públicas. Orçamento público. Crédito público. Fontes do Direito Tributário. Sistema tributário constitucional. Princípios. Limitações ao poder de tributar. Imunidade. Repartição das receitas tributárias. Espécies de tributos. Impostos, taxas e contribuições. Características. Fato gerador, base de cálculo, sujeito ativo e sujeito passivo. Alíquotas. Crédito tributário: constituição. O lançamento e suas modalidades. Obrigações principal e acessória. Direitos e deveres dos contribuintes. Suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário. Garantias e privilégios. Administração tributária. Ação fiscalizatória. Processo administrativo tributário. Dívida ativa. Renúncia fiscal. Tributos municipais. Impostos, taxas e contribuições. Características. Sistema tributário municipal. Extrafiscalidade. Função social da propriedade.

Progressividade dos impostos. Lei de Responsabilidade Fiscal. Jurisprudência do STF e STJ.

DIREITO CIVIL. (Lei 10.406/2002 e alterações posteriores): Vigência, validade, eficácia, interpretação e aplicação das normas civis (Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, Decreto-lei 4.657/1942 alterado pela Lei 12.376/2010); Parte geral: Pessoa natural; Pessoa jurídica; Direitos da personalidade; Personalidade, capacidade, representação, assistência, emancipação, estados (individual, familiar e político), nome e registro (Lei de Registros Públicos, Lei 6.015/1973), ausência, curadoria dos bens do ausente, morte e sucessão provisória e sucessão definitiva da pessoa natural; Associações, fundações, entes despersonalizados, sociedades de fato e sociedades irregulares; Domicílio civil; Bens jurídicos: Bens considerados em si mesmos: Bens corpóreos e incorpóreos; Bens imóveis e móveis; Bens fungíveis e consumíveis, bens divisíveis e indivisíveis, bens simples e compostos, bens singulares e coletivos; Bens reciprocamente considerados: Bens principais e acessórios; Benfeitorias, acessões e pertenças; Frutos e produtos; Bens considerados em relação ao sujeito: Bens públicos e particulares; Bem de família: Convencional e legal (Lei 8.009/1990); Fato jurídico: fato, ato e negócio jurídicos; Efeitos aquisitivos, modificativos, conservativos e extintivos do fato jurídico; Elementos constitutivos do negócio jurídico (Pressupostos de existência); Validade, invalidade (nulidade a anulabilidade) do negócio jurídico, representação e simulação; Eficácia do negócio jurídico: condição, termo e encargo; Defeitos do negócio jurídico: Erro, dolo, coação, lesão, estado de perigo e fraude contra credores; Atos jurídicos lícito e ilícito; Abuso de direito; Prova. Prescrição e decadência. Direito das obrigações; Obrigações: Obrigações de dar coisa certa e incerta, obrigações de fazer e não fazer, obrigações alternativas, obrigações divisíveis e indivisíveis e obrigações solidárias; Cessão de crédito e Assunção de Dívida; Pagamento, Pagamento em consignação, pagamento com sub-rogação, imputação do pagamento, dação em pagamento, novação, compensação, confusão e remissão das dívidas, Mora, perdas e danos, juros legais e convencionais, cláusula penal, arras, sinal. Direito dos contratos; Contratos civis: Estipulação em favor de terceiro, promessa de fato de terceiro, vícios redibitórios, evicção, contratos aleatórios, contrato preliminar, contrato com pessoa a declarar; Extinção do contrato: Distrato, cláusula resolutiva, resolução por onerosidade excessiva; Espécies de Contrato: Compra e venda, retrovenda, venda a contento e venda sujeita a prova, preempção ou preferência, venda com reserva de domínio, venda sobre documentos; Troca ou permuta; Contrato estimatório; Doação; Locação de coisas; Empréstimo: Comodato e mútuo; Prestação de serviço; Empreitada; Depósito: Depósitos voluntário e necessário; Mandato, mandatos voluntário e judicial; Comissão; Agência e distribuição; Corretagem; Transporte: transporte de pessoas e de coisas; Seguro: seguro de dano e de pessoa; Constituição de renda; Jogo e da aposta; Fiança; Transação; Compromisso; Atos Unilaterais: Promessa de recompensa, gestão de negócios, pagamento indevido, enriquecimento sem causa; Locação imobiliária (Lei 8.245/1991). Responsabilidade civil: responsabilidade contratual e extracontratual, subjetiva e objetiva, direta e indireta; Obrigação de indenizar e fixação da indenização. Direitos reais: Posse; Propriedade: descoberta, usucapião: ordinário, extraordinário, especial (Constituição Federal/1988 e Lei 6.969/1981): rural, urbana, por abandono do lar e administrativa (Lei 11.977/2009 e Lei 12.424/2011), pela dissolução da união estável (Lei nº 9.278/1996), coletiva (Lei 10.257/2001), indígena (Lei 6.001/1973), registro do título, acessão, ocupação, achado do tesouro, tradição, especificação, confusão, comissão e adjunção; Direitos de vizinhança: uso anormal da propriedade, árvores limítrofes, passagem forçada, passagem de cabos e tubulações, águas, limites entre prédios e direito de tapagem e direito de construir; Condomínio geral, voluntário, necessário e edilício; Propriedade resolúvel;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE - RN
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2016
ANEXO III
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS



Propriedade fiduciária: móveis e imóveis (Lei 4.591/1964 e Lei 9.514/1997); Servidões; Usufruto; Uso; Habitação; Direito do promitente comprador; Penhor; Hipoteca; Anticrese. Direito de Família: Direito pessoal: casamento e relações de parentes; Direito Patrimonial: regime de bens entre os cônjuges, usufruto e da administração dos bens de filhos menores, alimentos (Lei 5.478/1968, Lei 8.971/1994 e Lei 11.804/2008) e bem de família; Separação e Divórcio: judicial e extrajudicial (Constituição Federal/1988, Lei 6.515/1977), Investigação de paternidade (Lei 8.560/1992); União estável; Tutela e curatela (Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/1990, e Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei 13.146/2015). Direito das sucessões: Sucessão em geral: herança, vocação hereditária, herança jacente e petição de herança; Sucessão legítima; Sucessão testamentária; Inventário e partilha. Jurisprudência do STF e STJ.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. (Lei 13.105/2015 e alterações posteriores): Aplicação da norma processual no tempo e no espaço; Normas fundamentais. Jurisdição e ação, limites da jurisdição nacional, Cooperação internacional; Organização e divisão do Poder Judiciário (Constituição Federal/1988); Competência: critérios, fixação, modificação da competência e declaração de incompetência, cooperação nacional; Legitimação: ordinária e extraordinária; Capacidade processual: capacidade de ser parte, capacidade de estar em juízo e capacidade postulatória; Partes: Deveres, responsabilidade, despesas, honorários, multas, gratuidade de justiça e sucessão das partes; Procuradores: Representação processual, sucessão dos procuradores, deveres e responsabilidade (Estatuto da Advocacia e da OAB, Lei 8.906/1994 e Código de Ética e Disciplina da OAB); Litisconsórcio e Intervenção de terceiros; Juiz: Poderes, deveres, responsabilidade, impedimentos e suspeição do juiz; Auxiliares da justiça; Funções essenciais à justiça: Ministério Público, Advocacia Pública, Defensoria Pública e Advocacia (Constituição Federal/1988); Atos processuais: Forma dos atos processuais, atos em geral, atos da parte, atos do juiz e atos do escrivão ou chefe de secretaria; Tempo dos atos processuais: Prazos processuais: contagem e verificação dos prazos e penalidades; Lugar dos atos processuais; Comunicações dos atos processuais: Cartas, citações e intimações; Nulidades dos atos processuais; Distribuição e do registro; Valor da causa; Tutela provisória; Formação do processo; Suspensão do processo; Extinção do processo; Processo de conhecimento e cumprimento de sentença: Procedimento sumário (Lei 5.869/1973); Procedimento comum: Petição inicial: requisitos e pedido; Indeferimento da petição inicial; Improcedência liminar do pedido. Audiência de conciliação ou de mediação; Resposta do réu: Contestação e reconvenção; Revelia; Providências preliminares e saneamento: não incidência dos efeitos da revelia, fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor e alegações do réu; Julgamento conforme o estado do processo: extinção do processo, julgamento antecipado do mérito e saneamento e organização do processo; Audiência de instrução e julgamento; Provas em geral e em espécie: produção antecipada da prova, ata notarial, depoimento pessoal, confissão, exibição de documento ou coisa, prova documental, força probante dos documentos, arguição de falsidade, produção da prova documental, documentos eletrônicos, prova testemunhal, admissibilidade, valor e produção da prova testemunhal, prova pericial e inspeção judicial; Sentença: elementos e efeitos; Coisa julgada; Remessa necessária; julgamento das ações relativas às prestações de fazer, de não fazer e de entregar coisa; Liquidação de sentença; Cumprimento de sentença. Procedimentos especiais: Teoria geral dos procedimentos especiais; Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e de jurisdição voluntária: Consignação em pagamento, Depósito; Ação de exigir contas; Procedimentos possessórios; Procedimentos de usucapião de terras particulares (usucapião ordinário, extraordinário, especial urbana, rural, pela dissolução da união estável e por abandono

do lar, administrativo, coletivo e indígena (Constituição Federal/1988, Código Civil/2002, Lei 6.001/1973, Lei 6.969/1981, Lei nº 9.278/1996, Lei 10.257/2001, Lei 11.977/2009, Lei 12.424/2011); Outras ações para defesa da propriedade e da posse: ação vindicatória, ação reivindicatória, ação de imissão na posse, ação negatória, ação confessória, ação de dano infecto, ação publiciana, ação declaratória e ação de indenização. Procedimentos decorrentes das locações imobiliárias (Lei 8.245/1991); Divisão e da demarcação de terras particulares; Ação de dissolução parcial de sociedade; Inventário, partilha, arrolamento, inventário extrajudicial e requerimento de alvará judicial (Lei 6.858/1980); Embargos de terceiros; Oposição; Habilitação; Ações de família e procedimentos decorrentes das relações familiares (Constituição Federal/1988, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 5.478/1968, Lei 6.515/1977, Lei 8.971/1994 e Lei 11.804/2008) e bem de família; Separação e Divórcio: judicial e extrajudicial (Constituição Federal/1988, Lei 6.515/1977), Investigação de paternidade (Lei 8.560/1992); Monitorio; Homologação do penhor legal; Regulação de avaria grossa; Restauração de autos; Notificação e da interpelação; Alienação judicial; Divórcio e da separação consensuais, da extinção consensual de união estável e da alteração do regime de bens do matrimônio; Testamentos e dos codicilos; Herança jacente; Bens dos ausentes; Coisas vagas; Interdição; Tutela e curatela (Código Civil. Lei Estatuto da Pessoa com Deficiência); Organização e da fiscalização das fundações; Ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemunháveis formados a bordo; Juizados especiais cíveis estaduais, federais e Fazendários (Lei 9.099/1995, Lei 10.259/2001 e Lei 12.153/2009); Processo coletivo: ação civil pública e ação popular (Lei 4.717/1965, Lei 7.347/1985 e Lei 8.078/1990), Mandado de segurança individual e coletivo (Lei 12.016/2009); Busca e apreensão e de depósito de coisa vendida a crédito com reserva de domínio e de coisa gravada com alienação fiduciária em garantia (Decreto-lei 911/1969); Juízo arbitral (Lei 9.307/1996 alterada pela Lei 13.129/2015); Processo de execução: Execução em geral: Partes, competência, requisitos necessários para realizar qualquer execução, inadimplemento do devedor e título executivo, responsabilidade patrimonial; Execuções em espécie: Execução para a entrega de coisa certa e incerta; Execução das obrigações de fazer e de não fazer; Execução por quantia certa contra devedor solvente; Penhora: objeto, documentação, registro, depósito, lugar, modificações, modalidades, avaliação, expropriação de bens, adjudicação, alienação e satisfação do crédito; Execução contra a fazenda pública; Execução de alimentos; Embargos do devedor, embargos à execução contra a fazenda pública, embargos à execução fundada em título extrajudicial, embargos à execução e embargos na execução por carta; Exceção ou objeção de pré-executividade; Suspensão e da extinção do processo de execução; Execução fiscal (Lei 6.830/1980). Processo nos tribunais e meios de impugnação das decisões judiciais: Ordem dos processos nos tribunais e processos de competência originária dos tribunais; Incidentes de assunção de competência e de arguição de inconstitucionalidade; Conflito de competência; Homologação de decisão estrangeira e da concessão do exequatur à carta rogatória; Ação rescisória; Incidente de resolução de demandas repetitivas; Reclamação; Teoria geral dos recursos; Recursos em espécie; Ações autônomas de impugnação e sucedâneos recursais: Ação anulatória; Embargos de terceiro; Mandado de segurança. Jurisprudência do STF e STJ.

DIREITO PENAL. Finalidades do Direito Penal. Tipicidade Penal. Princípios constitucionais penais. O Tempo do crime. A lei penal no tempo e no espaço. Do Crime. Relação de causalidade. Culpabilidade e exculpantes. Do crime consumado, tentado e impossível. Crimes de dano e de perigo. Crime omissivo e comissivo. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Do Crime doloso, culposo e preterdoloso. Da imputabilidade penal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE - RN
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2016
ANEXO III
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS



Ilícitude. Causas excludentes da ilícitude. Culpabilidade. Excludentes. Erro. Erro de tipo. Erro de proibição. Erro sobre a pessoa. Coação irresistível e obediência hierárquica. Do concurso de pessoas. Do concurso de crimes. Crime continuado. Da ação penal pública e privada. Da extinção da punibilidade. Perdão Judicial. Dos crimes contra a honra. Dos crimes contra o patrimônio. Dos crimes contra a fé pública. Dos crimes contra a administração pública. Dos crimes contra a ordem tributária, econômica e relações de consumo. Dos crimes do Código de Defesa do Consumidor. Dos crimes contra as finanças públicas. Crimes contra a Administração Pública. Crimes de responsabilidade. Crimes de abuso de autoridade. Crimes nas licitações e contratos da Administração Pública. Crime organizado. Lavagem de dinheiro. Crimes contra o sistema financeiro nacional. Interceptação telefônica e quebra de sigilo bancário. Jurisprudência do STF e STJ.

DIREITO PROCESSUAL PENAL. Conceito. Finalidade. Caracteres. Princípios gerais. Fontes. Repartição constitucional de competência. Garantias constitucionais do processo. Dignidade humana. Aplicação da lei processual penal. Persecução Penal. Inquérito e ação penal. Procedimento. Garantias do investigado. Atribuições da autoridade policial. Intervenção do Ministério Público. Outros meios de colheita de indícios da infração. Sujeitos do processo. Jurisdição. Competência. Conexão e continência. Prevenção. Questões e procedimentos incidentes. Perpetuatio jurisdictionis. Conflito de competência. Questões e processos incidentes. Questões prejudiciais. Exceções. Medidas assecuratórias: sequestro, hipoteca legal e arresto. Incidentes de falsidade e de insanidade mental do acusado. Restituição das coisas apreendidas. Perdimento. Provas. Procedimento probatório. Classificação. Prova testemunhal. Documental. Material. Ônus. Presunções. Índícios. Valoração. Provas ilícitas. Busca e apreensão. Interceptação telefônica. Processo: finalidade, pressupostos e sistemas. Processo nos crimes: de abuso de autoridade, de responsabilidade dos funcionários públicos, contra a honra. Prisão. Flagrante. Temporária. Preventiva. Jurisprudência do STF e STJ.

DIREITO DO TRABALHO. Conceito. Fontes: classificação, hierarquia e solução de conflitos. Princípios do direito do trabalho. Relação de Trabalho e Relação de Emprego. Empregador e Empregado. Regime Celetista na Administração Pública. Regimes Jurídicos Funcionais. Regime Estatutário. Regime Trabalhista. Contrato por prazo determinado. Contrato de Trabalho: Grupo econômico, Alteração, Suspensão e Interrupção do contrato de trabalho. Contratos com o Estado. Terceirização. Salário e Remuneração. Proteção. Equiparação. Extinção do Contrato de Trabalho. Causas. Modalidades. Efeitos. Justa causa. Estabilidade. Garantia do Emprego. FGTS. Aviso Prévio. Duração do trabalho. Jornada de trabalho. Intervalos. Horas Extras. Trabalho noturno. Regime de Compensação. Repouso Remunerado em Geral. Férias. Insalubridade e Periculosidade. Prescrição e Decadência. Direito Coletivo do Trabalho. Conflitos Coletivos. Acordos e Convenções Coletivas. Jurisprudência do STF, STJ e TST.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. 1. Da Justiça do Trabalho: organização e competência. 2. Dos atos, termos e prazos processuais. 3. Das custas e emolumentos. 4. Das partes e procuradores; do jus postulandi; da substituição e representação processuais; da assistência judiciária; dos honorários de advogado. 5. Das nulidades. 6. Das exceções. 7. Das audiências: de conciliação, de instrução e julgamento; da notificação das partes; do arquivamento do processo; da revelia e confissão. 8. Das provas. 9. Dos dissídios individuais: da forma de reclamação e notificação; da reclamação escrita e verbal; da legitimidade para ajuizar. 10. Do procedimento

ordinário e sumaríssimo. 11. Da liquidação da sentença. 12. Da execução: execução provisória; execução por prestações sucessivas; execução contra a Fazenda Pública. 13. Da citação; do depósito da condenação e da nomeação de bens; do mandado e penhora; dos bens penhoráveis e impenhoráveis; da impenhorabilidade do bem de família (Lei nº 8.009/90). 14. Dos embargos à execução; da impugnação à sentença; dos embargos de terceiros. 15. Da praça e leilão; da arrematação; da remição; das custas na execução. 16. Dos recursos no processo do trabalho. Jurisprudência do STF, STJ e TST.

DIREITO AMBIENTAL. Princípios do Direito Ambiental. A Constituição Federal e o meio ambiente. Repartição de competências em matéria ambiental. Poder de polícia e Direito Ambiental. Licenciamento ambiental. Biossegurança. Infrações ambientais. Responsabilidade ambiental. Sistema nacional do meio ambiente. CONAMA. Política nacional do meio ambiente. Código Florestal. Política nacional Recursos Hídricos. Política nacional de Resíduos Sólidos. Saneamento Básico. Estudo de impacto ambiental. Biodiversidade. Sistema Nacional de unidades de conservação. Crimes contra o meio ambiente.

Legislação:
Constituição Federal. Código Florestal (Lei nº 12.651/2012). Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981). Lei Complementar nº 140/2011. Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998). Sistema Nacional de unidades de conservação (Lei nº 9.985/2000). Política nacional Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/1997). Política nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010). Saneamento Básico (Lei nº 11.445/2007). Resoluções CONAMA. Jurisprudência do STF e STJ.

DIREITO DO CONSUMIDOR. 1. Código de Defesa do Consumidor: Lei Federal nº 8.078/90. 2. Proteção constitucional ao consumidor. Princípios gerais e âmbito de aplicação do Código de Defesa do Consumidor. 3. PROCON. Associações civis de defesa do consumidor. Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor. Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor. Plano Nacional de Consumo e Cidadania (Decreto nº 7.963, de 15 de março de 2013), Educação sobre Consumo Adequado. Conflito de atribuições entre PROCON e outros órgãos de defesa do consumidor. Sistema Nacional de Direito do Consumidor. Ministério Público e Defensoria Pública. Delegacia do consumidor. 4. Convenção coletiva de consumo. 5. Direitos básicos do consumidor. 6. Responsabilidade pelos vícios e pelos fatos dos produtos e dos serviços. 7. Prescrição, decadência e garantia. 8. Desconsideração da personalidade jurídica. Práticas abusivas. 9. Oferta e efeito vinculante da oferta publicitária. Publicidade. Práticas comerciais. 10. Bancos de dados e cadastros de consumidores. Cobrança de dívidas. Princípios basilares dos contratos de consumo. Contrato de adesão. Cláusulas abusivas. Proteção contratual. 11. Sanções administrativas. Infrações penais. 12. Serviços públicos no Código de Defesa do Consumidor. 13. Defesa do consumidor em juízo. Interesses ou direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos; legitimidade ativa para a propositura de ações coletivas. Ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos. Ações de responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços. Coisa julgada. 14. Jurisprudência do STF e STJ.

DIREITO AGRÁRIO. Constituição da República. Lei nº 4.504/1964 (Estatuto da Terra). Lei nº 5.709/1971. Lei nº 8.629/1993. Lei Complementar nº 76/1993.
Legislação:
Constituição da República. Lei nº 4.504/1964 (Estatuto da Terra). Lei nº 5.709/1971. Lei nº 8.629/1993. Lei Complementar nº 76/1993. Jurisprudência do STF e STJ.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE - RN
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2016
ANEXO III
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS



SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Joaquim Castro e GONÇALVES, Marcos Flávio R. Processo legislativo municipal. Rio de Janeiro: IBAM.
- BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva.
- BRASIL. Constituição da República de 1988, atualizada.
- FERRARI, Regina Maria Macedo Nery. Controle da constitucionalidade das leis municipais. São Paulo: Ed. RT.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Comentários à Constituição brasileira de 1988. São Paulo: Saraiva.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Do processo legislativo. São Paulo: Saraiva.
- MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. São Paulo: Atlas.
- PINASSI, Ayrton. Direito municipalista constitucional. Campinas (SP): Ed. Conan.
- SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. São Paulo: Malheiros Ed.
- TEMER, Michel. Elementos de direito constitucional. São Paulo: Ed. RT.
- AGUIAR, Joaquim Castro. Competência e autonomia dos municípios na nova Constituição. Rio de Janeiro: Forense.
- BANDEIRA DE MELLO, Celso Antonio. Curso de direito administrativo. São Paulo: Malheiros Ed.
- CASTRO, José Nilo de. Direito municipal positivo. Belo Horizonte: Del Rey.
- CASTRO, José Nilo de. Responsabilidade fiscal nos municípios. Belo Horizonte: Del Rey.
- COPOLA, Gina. Desestatização e terceirização. São Paulo: Ed. NDJ.
- DALLARI, Adilson Abreu. Regime constitucional dos servidores públicos. São Paulo: Ed. RT.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. São Paulo: Atlas.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Parcerias na administração pública. São Paulo: Atlas.
- JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. São Paulo: Dialética.
- MASCARENHAS, Paulo. Improbidade administrativa e crime de responsabilidade de prefeito. São Paulo: Ed. de Direito.
- MEDAUAR, Odete. Direito administrativo moderno. São Paulo: Ed. RT.
- MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. São Paulo: Malheiros Ed.
- MEIRELLES, Hely Lopes. Direito municipal brasileiro. São Paulo: Malheiros Ed.
- MOTTA, Carlos Pinto Coelho et alli. Responsabilidade fiscal. Belo Horizonte: Del Rey.
- OLIVEIRA, Fernando Andrade. Limitações administrativas à propriedade privada imobiliária. Rio de Janeiro: Forense.
- PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres. Comentários à lei das licitações e contratações da administração pública. Rio de Janeiro: Renovar.
- RIGOLIN, Ivan Barbosa. Regime único dos servidores civis. São Paulo: Saraiva.
- RIGOLIN, Ivan Barbosa & BOTTINO, Marco Tullio. Manual prático das licitações. São Paulo: Saraiva.
- RODRIGUES, Flavio Martins. Fundos de pensão de servidores públicos. Rio de Janeiro: Renovar.
- SÃO GONÇALO DO AMARANTE. Lei municipal do regime jurídico dos servidores atualizada.
- SÃO GONÇALO DO AMARANTE. Lei municipal sobre estrutura administrativa da Prefeitura atualizada.
- SÃO GONÇALO DO AMARANTE. Lei Orgânica do Município atualizada.
- SILVA, José Afonso da. Manual do vereador. São Paulo: Malheiros Ed.
- SOUTO, Marcos Juruena Villela. Desestatização, privatização, concessões e terceirizações. Rio de Janeiro: Lumen Juris.
- BALEEIRO, Aliomar. Direito tributário brasileiro (atualizado por Misabel Abreu Machado Derzi). Rio de Janeiro: Forense.
- BARBON, Sandra A. Lopez. Do IPTU. Belo Horizonte: Del Rey.
- BRASIL. Lei nº 5.172, de 25/10/66 (Código Tributário Nacional) e legislação complementar.
- COELHO, Sacha Calmon Navarro. Comentários à Constituição de 1988 - sistema tributário. Rio de Janeiro: Forense.
- ICHIHARA, Yoshiaki. Imunidades tributárias. São Paulo: Atlas.
- MACHADO, Hugo de Brito. Os princípios jurídicos da tributação na Constituição de 1988. São Paulo: Ed. RT.
- MARTINS, Ives Gandra. Sistema tributário na Constituição de 1988. São Paulo: Saraiva.
- NOGUEIRA, Ruy Barbosa. Curso de direito tributário. São Paulo: Saraiva.
- ROSA JR., Luiz Emygdio F. da. Manual de direito financeiro e de direito tributário. Rio de Janeiro: Renovar.
- SÃO GONÇALO DO AMARANTE. Código Tributário Municipal atualizado e legislação complementar.
- AMARAL NETO, Francisco. Direito civil: Introdução. Rio de Janeiro: Renovar.
- CAVALIERE FILHO. Programa de responsabilidade civil. São Paulo: Atlas.
- FRANCO, Vera Helena de Mello. Contratos: Direito civil e empresarial. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- NERY, Rosa Maria de Andrade. Manual de direito civil: família. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- NORONHA, Fernando. Direito das obrigações. São Paulo: Saraiva.
- PENTEADO, Luciano Camargo. Direito das coisas. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- PENTEADO, Luciano Camargo. Manual de direito civil: sucessões. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- BUENO, Cassio Scarpinella. Manual de direito processual civil: inteiramente estruturado à luz do novo CPC - Lei n. 13.105 de 16-3-2015. São Paulo: Saraiva.
- THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. vol. 1. Rio de Janeiro: Forense.
- THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. vol. 2. Rio de Janeiro: Forense.
- THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. vol. 3. Rio de Janeiro: Forense.
- WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. et. al. (coord.). Breves comentários novo código de processo civil. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- DELGADO, Maurício Godinho. *Curso de direito do trabalho*. São Paulo: LTr. 2015.
- GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. *Curso de direito do trabalho*. São Paulo: Forense. 2015.
- LEITE, Carlos Henrique Bezerra. *Curso de Direito Processual do Trabalho*. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
- SANTOS, Elisson Miessa; CORREIA, Henrique. *Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST Organizadas e Comentadas*. 2. ed. Salvador-Bahia: Jus Podvim, 2015.
- SARAIVA, Renato; MANFREDINI, Aryanna. *Direito do Trabalho. Curso de Direito Processual do Trabalho*, 12. ed. Salvador - Bahia: Jus Podvim, 2015.
- Código Penal Comentado. Autor: Rogério Greco. Editora Impetus.
- Curso de Direito Penal. Autor: Rogério Greco. Editora Impetus. Volumes: 1,2,3 e 4.
- Leis Penais Especiais. Coleção Leis Especiais para concursos. Autor: Gabriel Habib. Ed. JusPodvim.
- Direito Penal Esquemático. Parte Geral. Autor: André Estefam; Vitor Eduardo Rios Gonçalves. Ed. Saraiva.
- Direito Penal Esquemático. Parte Especial. Autor: Vitor Eduardo Rios Gonçalves. Ed. Saraiva.
- Curso de Processo Penal. Autor: Eugênio Pacelli. Ed. Atlas.
- Direito Processual Penal Esquemático. Autor: Alexandre Cebrían Araújo Reis; Vitor Eduardo Rios Gonçalves. Ed. Saraiva.
- Curso de Processo Penal. Autor: Guilherme Madeira Dezem. Ed. Revista dos Tribunais.
- Súmulas, informativos e Jurisprudência do STF e do STJ.
- ANTUNES, Paulo de Bessa. *Direito Ambiental*. São Paulo: Atlas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE - RN
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2016
ANEXO III
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS



MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito Ambiental Brasileiro*. São Paulo: Malheiros.
MILARÉ, Édis. *Direito do ambiente*. São Paulo: Revista dos Tribunais.
FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. *Curso de Direito Ambiental Brasileiro*. São Paulo: Saraiva.
MARQUES, Cláudia Lima. Manual do Código de Defesa do Consumidor. São Paulo: Revista dos Tribunais.
NUNES, Luiz Antônio Rizzato. Curso de Direito do Consumidor. São Paulo: Saraiva.
MARQUES, Benedito Ferreira. *Direito Agrário Brasileiro*. São Paulo: Atlas.
ROCHA, Ibrahim et al. *Manual de Direito Agrário Constitucional*. Minas Gerais: Fórum.
RIZZARDO, Arnaldo. *Curso de Direito Agrário*. São Paulo: RT.